

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO
Trigésima Sexta Sessão Ordinária
06 - 07 de Fevereiro de 2020
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/1177(XXXVI)iii
Original: Francês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ PARA OS REFUGIADOS,
REPATRIADOS E PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE**

I. INTRODUÇÃO

1. O Subcomité do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente realizou actividades durante o ano de 2019, de acordo com o plano de trabalho aprovado no início do ano. Essas actividades incluem, essencialmente, missões de avaliação nos Estados Membros afectados por deslocamentos de populações, causados por desastres naturais e/ou provocados pelo homem. O Subcomité da CRP para os Refugiados participou também em outras actividades da sua competência, principalmente na 70ª Sessão do Comité Executivo do Programa do Alto Comissariado, que é organizada anualmente pelo ACNUR, pelo Fórum Global sobre os Refugiados, assim como nas actividades organizadas pela União Africana, sob o Tema para o Ano de 2019.

2. Foram realizadas missões de avaliação humanitária aos seguintes Estados Membros da União Africana, durante o ano de 2019:

- República de Moçambique, 31 de Março - 7 de Abril de 2019
- República do Zimbábwe, 31 de Março - 4 de Abril de 2019
- República do Malawi, 4 - 7 de Abril de 2019
- República do Mali, 18 - 23 de Julho de 2019
- Burkina Faso, 24 de Julho - 1 de Agosto de 2019

3. O presente relatório faz o balanço das actividades do Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente, cobrindo o período de Janeiro a Dezembro de 2019.

MISSÃO DE AVALIAÇÃO HUMANITÁRIA DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA OS REFUGIADOS

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

4. A Comissão da União Africana conduziu missões de avaliação humanitária, no período de 31 de Março a 7 de Abril de 2019, com o objectivo de prestar apoio de emergência e exprimir a solidariedade da União Africana com os três países afectados pelo ciclone tropical Idai na África Austral, incluindo Moçambique, que foi o país mais afectado.

5. A missão do Subcomité para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente em Moçambique foi liderada por Sua Excelência Crisantos Ondo Obama, Embaixador da Guiné Equatorial junto da União Africana, e Sua Excelência Gaoussou Touré, Embaixador da Guiné Conakry junto da União Africana. Os dois Embaixadores foram apoiados por Funcionários do Departamento dos Assuntos Políticos da União Africana.

6. A missão da União Africana foi recebida pelas autoridades governamentais, na capital, Maputo, designadamente por Altos Funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades. Os Ministros não estavam disponíveis, devido à crise. Com efeito, o governo havia mudado-se da capital para a área afectada pelo ciclone e todos os seus membros estavam envolvidos na

resposta à crise. A missão também realizou reuniões com o pessoal de agências internacionais sediadas na capital, nomeadamente o CICV, a OCHA e o Coordenador Nacional da ONU. De seguida, a missão viajou para a cidade da Beira, a fim de avaliar o impacto do ciclone.

7. A missão visitou a cidade da Beira e arredores, incluindo a cidade de Buzi, que fica a 70 quilómetros da cidade da Beira, e que tinha desaparecido durante o ciclone, uma vez que o nível da água tinha atingido o nível das palmeiras. À chegada à Beira, a missão foi informada pelos trabalhadores humanitários no terreno e posteriormente reuniu-se com o Presidente do Município da cidade da Beira, Senhor Daviz Simango, que informou a missão sobre a extensão dos danos causados pelo ciclone e os desafios que a cidade da Beira enfrenta.

8. O ciclone Idai, ocorrido em Março de 2019, foi um dos piores desastres climáticos do hemisfério sul. Atingiu a cidade da Beira, no centro de Moçambique, a 14 de Março, com ventos fortes de até 185 km/hora e chuvas torrenciais que afectaram as Províncias de Sofala, Zambézia, Tete e Manica, causando uma destruição generalizada em algumas partes do país.

9. O ciclone causou danos catastróficos em uma grande extensão das regiões do centro e oeste de Moçambique. Ventos destrutivos devastaram comunidades costeiras e inundações repentinas destruíram comunidades do interior. Na Beira, os detritos transportados pelo ar causaram inúmeros ferimentos. Em alguns casos, as chapas metálicas dos telhados decapitaram pessoas e gado.

10. Cerca de 3 milhões de pessoas foram afectadas pelo ciclone nos quatro países afectados, nomeadamente Zimbabue, Moçambique, Malawi e, em menor escala, Madagáscar, e uma estimativa de 1,85 milhões das pessoas afectadas pelo ciclone em Moçambique. Pelo menos 602 pessoas foram mortas, pelos efeitos combinados das inundações e do vento, e 1.641 feridas. O ciclone danificou ou destruiu 111.163 casas.

11. A área do epicentro do ciclone, em torno da cidade da Beira, foi danificada em 90%. As estradas, a electricidade e as comunicações foram cortadas. Os edifícios foram submersos e severamente danificados. Muitas pessoas foram forçadas a encontrar alojamento nos centros de trânsito, porque as suas casas eram inabitáveis. As infra-estruturas de saúde ficaram danificadas, incluindo hospitais e centros de saúde.

12. O sistema de abastecimento de água à cidade ficou muito danificado, forçando muitas pessoas a beber água de poços contaminados ou mesmo água estagnada, o que levou à epidemia de cólera declarada pelo governo, a 27 de Março de 2019. As necessidades de saúde também aumentaram, com relatos de diarreia e doenças respiratórias.

13. O ciclone destruiu também 711.000 hectares de plantações, colocando o país em risco de escassez de alimentos. O impacto sobre a segurança alimentar e a subsistência afectará a população a longo prazo, devido aos imensos danos causados nas colheitas, que se prevê venham a ser efectuadas entre Março e Abril de 2019, bem como à perda de bens nos mercados e sementes. O gado foi também afectado, uma

vez que as pessoas nas cidades afligidas perderam gado, devido ao do ciclone. O custo material provocado pelo Ciclone Idai em Moçambique é estimado em cerca de 800 milhões de \$EU.

14. Em resposta ao desastre natural, os mecanismos de resposta do governo foram imediatamente activados, os comités de emergência nacionais, provinciais e distritais foram activados, estando em funcionamento na sua máxima capacidade. Além disso, o sistema de alerta precoce estava totalmente operacional e as informações e os avisos foram divulgados às comunidades e aos distritos afectados. O *Instituto Nacional de Gestão de Calamidade* (INGC) e outros parceiros humanitários deram o seu apoio na evacuação, assim como na provisão de alojamento temporário às populações deslocadas. O Governo enviou equipas aos distritos para ajudar as autoridades locais na implementação das recomendações saídas da sua avaliação e na tomada de medidas de intervenção.

15. É importante notar que Moçambique está acostumado à passagem de ciclones no país. Todavia, a passagem do Ciclone Idai foi de uma violência grave e incomum, que excedeu a capacidade de resposta do país.

16. A dimensão da crise humanitária em Moçambique tem suscitado a solidariedade global. Vários países do mundo e organizações internacionais enviaram pessoal e equipamento para a cidade da Beira e seus arredores para salvar vidas. Países africanos, tais como Angola e a África do Sul, também mobilizaram equipamento e pessoal para ajudar a população da Beira e das áreas circundantes. O país beneficiou também de apoio internacional na Conferência Internacional de Doadores, realizada na cidade da Beira, a 1 de Junho de 2019, mas ainda há muito a fazer e o país ainda precisa de apoio.

17. A União Africana, no que lhe diz respeito, convocou uma reunião urgente para sensibilizar os seus Estados Membros e parceiros sobre a crise humanitária na Região da África Austral, tendo decidido enviar uma missão urgente aos três principais países afectados para se solidarizar com os governos e povos desses países. Como gesto de solidariedade com o Governo de Moçambique e a população afectada, o Subcomité da CRP fez um gesto solidário, em nome da União Africana, num valor de cento e cinquenta mil dólares americanos (150.000 \$EU) ao Governo de Moçambique.

Recomendações

- a. O caso do ciclone Idai, que afectou Moçambique e outros países da África Austral, ilustra uma situação que está a tornar-se mais generalizada em África. Os desastres naturais, tais como inundações, secas e deslizamentos de terra, estão a tornar-se mais frequentes e intensos, com um impacto crescente nas populações e nas comunidades. Esta situação é exacerbada por uma má planificação, pela pobreza e por outros factores eventuais subjacentes, que criam condições de vulnerabilidade, resultando numa capacidade insuficiente para lidar com os perigos e desastres naturais. Os Estados Africanos devem investir na planificação das cidades, na urbanização e protecção ambiental, com vista a mitigar os riscos que os desastres naturais podem causar;

- b. Os Estados africanos devem falar a uma só voz nos fóruns internacionais sobre o tratamento dos deslocamentos causados pelos efeitos das alterações climáticas;
- c. Devem ser alocados mais recursos em apoio de emergência humanitária causada por desastres naturais em países vulneráveis, tais como Moçambique, a fim de lidar com e reduzir os riscos associados aos desastres.

REPÚBLICA DO ZIMBABWE

18. A União Africana enviou uma missão de avaliação humanitária ao Zimbabwe, de 31 de Março a 4 de Abril de 2019, composta por membros do Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente, com o apoio do Departamento dos Assuntos Políticos. A missão foi chefiada por Sua Excelência Lamine Yayaoui, Embaixador e Representante Permanente da República Árabe Saharaoui Democrática junto da União Africana e assistido por Sua Excelência Rebecca Amuge Otengo, Representante Permanente e Embaixadora da República do Uganda na Etiópia e na União Africana.

19. O principal objectivo da missão era o de exprimir a solidariedade da União Africana com o governo e o povo do país afectado pelo ciclone Idai. A missão deveria também realizar uma rápida avaliação das necessidades, em colaboração com funcionários e parceiros nacionais, em particular as agências das Nações Unidas presentes no país.

20. A delegação efectuou visitas de cortesia a três Ministros, nomeadamente ao Ministro do Interior e Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Cain Mathemi, ao Ministro da Administração Local, Obras Públicas e Habitação, responsável pela protecção civil e assim com pela coordenação da resposta aos desastres naturais e, a terminar, ao Ministro do Trabalho e Serviços Sociais.

21. A delegação da União Africana foi recebida, em primeiro lugar, pelo Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros, que agradeceu calorosamente à União Africana pela solidariedade demonstrada aos países afectados pelo ciclone Idai.

22. O chefe da delegação da missão da União Africana, Embaixador Lamine Yayaoui, exprimiu a solidariedade e a preocupação de outros Estados Membros da União Africana perante a destruição causada pelo ciclone Idai. Ele sublinhou que o objectivo da visita era de exprimir solidariedade com o Governo e o Povo do Zimbabwe e explorar outras oportunidades para ajudar nos esforços de recuperação pós-desastre natural. O Embaixador Lamine declarou que a delegação pretendia igualmente defender o apoio e a assistência dos Estados Membros que ainda não responderam ao pedido de ajuda. Foi constatado que as necessidades causadas pela destruição excederam a capacidade de resposta adequada dos países afectados. No entanto, a delegação registou com agrado que os parceiros humanitários, de forma interinstitucional, tinham mobilizado uma resposta de emergência, em termos de pessoal e de socorro imediato pós-desastre natural, causado pelo ciclone Idai. Estava

também previsto o destacamento de pessoal humanitário adicional, agentes de emergência e actores de desenvolvimento para os países afectados, a fim de ajudar as autoridades nacionais em actividades imediatas, a médio e longo prazos, que garantirão a resiliência das comunidades afectadas.

23. As duas partes trocaram, posteriormente, opiniões sobre o processo de criação da agência humanitária africana, uma agência que, se existisse, teria desempenhado um papel central na resposta ao desastre natural e seria parte integrante dos esforços de recuperação.

24. As duas partes trocaram também opiniões sobre o tema do ano de 2019, no âmbito da União Africana, que é "*Ano dos Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas: rumo a soluções duradouras para os deslocamentos forçados em África*". A terminar, o Chefe de delegação encorajou o Governo do Zimbabwe a subscrever a capacidade africana de gestão de riscos, a fim de aproveitar a mitigação de riscos, oferecida pelo esquema de seguros.

25. O ilustre Ministro agradeceu, mais uma vez, à União Africana pela sua solidariedade com o governo e as populações afectadas. Sublinhou que a situação era ainda desastrosa e que os esforços de busca e salvamento estavam em curso, com a assistência técnica prestada pelo governo sul-africano. Acrescentou que era a primeira vez que o Zimbabwe vivia um desastre natural daquela magnitude. Sublinhou também que três províncias foram afectadas, designadamente Mashonaland, Manicaland e Masvingo. O ciclone interrompeu a comunicação e a vida social, destruindo infra-estruturas, tais como estradas e pontes, bem como escolas e instalações de saúde. Além disso, houve a destruição de casas e terras agrícolas, incluindo mortes causadas por deslizamento de terras e de rochas pesadas, resultando na morte e destruição de comunidades.

26. Foi constatado que havia a necessidade de restaurar a infra-estrutura básica, com vista a restabelecer a conectividade das comunidades, que tinha sido cortada, enquanto era necessária uma intervenção imediata de emergência, através do fornecimento de bens não alimentares, para apoiar as populações afectadas.

27. Além disso, a fim de limitar e reduzir a incidência de doenças associadas, foi necessário fornecer água potável e instalações sanitárias seguras, incluindo abrigo para o grande número de pessoas deslocadas. A terminar, o Ministro saudou a criação da Agência, que, na sua opinião, teria desempenhado um papel fundamental no apoio à resposta a emergências, ajudando a reforçar a resiliência das comunidades afectadas.

28. De seguida, a delegação foi recebida pelo Ministro encarregado da Gestão de Desastres Naturais, que também informou sobre a extensão dos danos causados pelo Ciclone Idai no país. No entanto, o Ministro sublinhou que o alerta precoce forneceu as informações necessárias sobre o ciclone, antes de este atingir o solo, mas a intensidade e a ferocidade do ciclone ao atingir o solo estava muito além da capacidade de adaptação do Governo. O epicentro do ciclone no país foi em Manicaland, seguido por Masvingo, onde 5 distritos foram afectados e, finalmente, Mashonaland, onde o distrito de Chikowsa foi o mais afectado.

29. O ciclone Idai causou, no Zimbabwe, a deslocação de aproximadamente 17.000 pessoas, enquanto um total de 50.000 pessoas são consideradas, no total, afectadas.

30. A população afectada necessitará de ajuda alimentar durante, pelo menos, 1 ano. Os danos causados pelo ciclone podem ser vistos, tanto na degradação do meio ambiente como na destruição da infra-estrutura. Muitas das áreas afectadas foram cortadas à medida que as pontes e estradas foram sendo lavadas. O governo está, doravante, a confiar em pontes aéreas para fornecer a tão necessária ajuda humanitária, essencialmente suprimentos médicos, que salvam vidas.

31. No distrito de Chimanimani, em Moshonaland, que é o mais afectado e mais próximo da fronteira moçambicana, não há água nem electricidade, com o registo de uma grave escassez de alimentos. Outras cidades muito afectadas no distrito incluem Rusito e Machongwe, onde foi reportada a destruição completa da cidade.

32. No entanto, o governo está preparado para responder ao desastre natural, através da coordenação da acção humanitária bem como da entrega da respectiva ajuda. As Forças Armadas desempenham um papel fundamental, juntamente com outros parceiros. Estes últimos estiveram entre os primeiros a responder, e ajudaram a abrir rotas e a estabelecer pontos de distribuição.

33. Já estavam em curso esforços de recuperação, com a implantação de serviços de defesa civil, que restabeleceram serviços básicos, tais como a reabertura de escolas, sempre que possível, e o destacamento de pessoal de saúde para as comunidades afectadas.

34. A missão foi recebida pelo Coordenador Residente das Nações Unidas, que deu uma visão geral da situação actual no Zimbabwe. Durante o encontro, foi sublinhado que o Zimbabwe enfrentava uma grave seca, com aproximadamente 5 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Trata-se do efeito do El Nino, agravado pelas crises económicas, resultantes da continuação de sanções impostas contra o país.

35. O ciclone Idai agravou ainda mais a situação, devido à destruição e desestabilização que causou. O Coordenador Residente da ONU e a sua equipa apelaram à União Africana para ajudar o Zimbabwe a sair das sanções, como um primeiro passo para o desenvolvimento e reforma económica a longo prazo.

36. A delegação visitou também a área afectada na Província de Manichaland, tendo sido recebida pelo Governador Provincial, em Mutare, a cidade capital da província. De seguida, deslocou-se à aldeia distrital de Chikukwa ib Chimanimani, a cerca de 6 quilómetros da fronteira de Moçambique. A aldeia está isolada do resto do distrito, porque a ponte de ligação foi destruída. Na aldeia foi registada a perda de uma família, composta por 5 pessoas, que morreram, devido a um deslizamento de terra e queda de pedras.

37. Aproximadamente 99 fontes de água foram destruídas ou danificadas, deixando a aldeia sem uma fonte de água potável. Foram destruídas ou danificadas 378 casas e uma ONG local, chamada Perma Culture, respondeu às necessidades urgentes da comunidade. A gestão de desastres é também realizada pela Unidade Distrital de

Protecção Civil. Foram destruídos 139 hectares de milho, o que significa que se espera uma grave escassez de alimentos nos próximos meses, se nenhuma ajuda for recebida.

38. Entretanto, é interessante notar que o PMA e os parceiros da UNICEF estão a prestar assistência humanitária, através de transportes aéreos.

39. Para concluir, o Governo registou a preocupação imediata de estabilizar a situação a curto prazo, dando uma resposta de emergência. Salientou também a importância de iniciar os esforços de recuperação, abordando as necessidades de médio e longo prazos, nomeadamente a prestação de apoio psicossocial às pessoas afectadas. A capacidade das comunidades afectadas e o reforço da sua resiliência também são necessários.

40. Em apoio aos esforços do Governo do Zimbabwe, que está a lidar com os danos causados pela passagem do ciclone Idai pelo país, foi doada, pelo Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente, a quantia de cem mil dólares americanos (100.000 \$EU), como contribuição aos esforços envidados pelo país.

Recomendações

- a. Em conformidade com o pedido dos trabalhadores humanitários do país, a União Africana deve tomar uma opção no sentido de assegurar que as sanções impostas ao Zimbabwe sejam levantadas, por forma a permitir a recuperação económica do país;
- b. As outras recomendações feitas para Moçambique e Malawi são também aplicáveis para o Zimbabwe.

REPÚBLICA DO MALAWI

41. Tal como em Moçambique e no Zimbabwe, a União Africana enviou uma missão de avaliação humanitária ao Malawi, de 4 a 7 de Abril de 2019, a saber os mesmos membros do Subcomité, nomeadamente Sua Excelência Lamine Yayaoui, Embaixador e Representante Permanente da República Árabe Saaraui Democrática junto da União Africana, e a Embaixadora da República do Uganda na Etiópia e na União Africana.

42. À semelhança das missões anteriores, o objectivo da visita ao Malawi era exprimir a solidariedade da União Africana com o Governo e o Povo daquele país afectado pelo ciclone Idai.

43. A delegação teve uma audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Malawi, para o informar sobre o objectivo da missão de avaliação. O Ministro dos Negócios Estrangeiros agradeceu à delegação pela visita e sublinhou que o governo demonstrou imediatamente a sua preocupação perante a situação das populações afectadas pela passagem do ciclone Idai no país, o que se materializou na

visita do Presidente a todas as zonas afectadas. Ele informou também que o Malawi foi o segundo país mais afectado, com mais de 800.000 vítimas.

44. De seguida, o Ministro informou que o Governo do Malawi tem uma linha orçamental dedicada à gestão de desastres naturais. Isto ajudou a responder à natureza repentina do desastre, que exigia uma resposta de emergência. Sublinhou-se que o Governo estava a receber um grande apoio da comunidade internacional, numa altura em que os preços dos alimentos estavam a subir, particularmente para os alimentos básicos (milho).

45. O Ministro acrescentou que, com o fenómeno das alterações climáticas, espera-se que eventos meteorológicos severos, tais como o ciclone Idai, se tornem frequentes, e foi com base nesta observação que ele sugeriu que, como o Continente espera silenciar as armas até 2020, parte do Fundo de Paz poderia ser dedicada à resposta aos desastres naturais bem como à prevenção de conflitos. Para finalizar, o Ministro reconheceu a necessidade urgente de reforçar a resiliência das comunidades afectadas, bem como de desenvolver os seus mecanismos de resposta, ligando a resposta de emergência ao desenvolvimento.

46. De seguida, a delegação foi recebida pelo Ministro encarregado da gestão de desastres naturais, que apresentou os esforços do governo para lidar com a calamidade. Ele salientou que o governo está a coordenar os esforços da ajuda, em colaboração com os parceiros, especialmente com a louvável colaboração da Força de Defesa Nacional da África do Sul (SANDF).

47. Por fim, a delegação foi recebida pela Equipa Humanitária do Malawi, que é co-presidida pelo Secretário Permanente do Departamento de Gestão de Desastres Naturais. A delegação foi informada que a região sul do país foi inundada por fortes chuvas, que causaram inundações. Foram registadas 23 mortes, na sequência do ciclone, e 22.000 famílias ficaram imediatamente afectadas.

48. Além disso, foi criada, a 28 de Março, uma equipa intersectorial de avaliação, incluindo a elaboração de um plano de intervenção. É necessária uma resposta nas áreas de segurança alimentar, água, saneamento e higiene, protecção infantil em geral, nutrição, educação, saúde e agricultura. Mais importante ainda, há necessidade de iniciar também actividades de recuperação, além da resposta à emergência.

49. No que diz respeito à segurança alimentar, a estratégia de implementação, para os primeiros três meses, visa uma meta de 163.000 famílias. Está em curso a distribuição de alimentos, que é efectuada pelo Governo, pelo PMA e outros parceiros. Devido aos danos e destruição das fontes de água, a resposta dos actores humanitários está a visar os distritos de Nsanje e Chikwakwa, fornecendo água potável nos campos de deslocados e distribuindo artigos não alimentares, tais como químicos de tratamento de água, baldes de água e sabão.

50. A missão visitou os distritos do sul do país afectados pelo ciclone. A situação nos distritos do sul melhorou ligeiramente, embora nos campos continue a mesma, uma vez que as populações afectadas ainda não foram transferidas para os seus locais de residência. Continua também a ser muito difícil a prestação de socorro e assistência

humanitária para atingir algumas das áreas mais afectadas. Os acampamentos enfrentam desafios de abastecimento de água e saneamento. As águas estagnadas continuam a ser um terreno de reprodução de mosquitos. Esta situação pode levar a um aumento da incidência da malária e, subsequentemente, a doenças transmitidas pela água, tais como a cólera e a bilharziose.

51. A missão da União Africana constatou, no terreno, que o Governo do Malawi está a conduzir a resposta à calamidade, através do Departamento de Gestão de Desastres Naturais, com o apoio da Força de Defesa Nacional Sul Africana (SANDF). Com efeito, a SANDF forneceu transporte aéreo à delegação para alcançar as áreas afectadas, designadamente Chikakwa e Mulanje.

52. A delegação elogiou os esforços do Governo para responder ao desastre natural causado pelo ciclone. Como gesto de solidariedade com o governo e o povo do país, foi feita uma doação de cem mil dólares americanos (100.000 \$EU), destinada a contribuir para os esforços já realizados pelo governo.

Recomendações

- a) A equipa de avaliação reconheceu que os desafios são semelhantes nos dois países afectados, sendo a situação ainda mais real e dramática em Moçambique, que foi o mais atingido pelo ciclone Idai. Por conseguinte, as estratégias recomendadas para lidar com a calamidade natural e construir a resiliência das comunidades afectadas serão as mesmas, podendo apenas ser contextualizadas, para se adequarem aos objectivos específicos em cada um dos dois países;
- b) Em primeiro lugar, os governos envolvidos devem, a curto e médio prazos, tomar medidas de recuperação que integram a redução do risco de desastres naturais, transferindo as populações afectadas para áreas seguras, e não propensas a inundações. Isso envolverá também o provisionamento de terra, tanto para abrigo quanto para agricultura;
- c) Em segundo lugar, a médio e longo prazos, o governo do país afectado deve esforçar-se por construir infra-estruturas, sob a forma de instalações, tais como estádios, quartéis militares e outras instalações que possam abrigar imediatamente as pessoas durante os ciclones. Efectivamente, os ciclones já não são um acontecimento pontual, mas um fenómeno constante, a ser tratado perante as alterações climáticas e as consequências da degradação ambiental;
- d) Em terceiro lugar, a dimensão e o alcance do desastre natural foram tão grandes que não foi possível a cada Estado enfrentar a crise por sua própria conta. Por conseguinte, os Estados Membros da União Africana são chamados a prestar assistência financeira e técnica bem como outros recursos aos países afectados.

REPÚBLICA DO MALI

53. O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente e a Comissão da União Africana conduziram uma missão de avaliação humanitária à República do Mali, de 18 a 23 de Julho de 2019, para avaliar a situação humanitária naquele país.

54. A missão da União Africana foi liderada por Sua Excelência Minata Samate Cessouma, Comissária da União Africana para os Assuntos Políticos, e por Sua Excelência Fernand Poukré Kone, Embaixador e Representante Permanente da República Centro Africana junto da União Africana. Sua Excelência Pierre Buyoya, Alto Representante da União Africana para o Sahel, também fez parte da missão.

55. O objectivo desta missão humanitária era avaliar a situação humanitária no país, que enfrenta um aumento do número de deslocamentos forçados de populações, devido, principalmente, à crise no norte do Mali, aos conflitos intercomunitários e à insegurança alimentar, agravada pela seca recorrente e pelas alterações climáticas, e exprimir também a solidariedade da União Africana com o Governo, os refugiados e as populações deslocadas no Mali.

56. A missão da União Africana reuniu-se com funcionários do governo, entre os quais o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Tiébile Dramé, e o Ministro da Solidariedade Nacional e da Luta contra a Pobreza, Hamadoun Konaté, assim como com actores humanitários e diplomatas, com o objectivo de discutir sobre a forma de reforçar a resposta humanitária e combater os conflitos no Mali e no Sahel.

57. Nas reuniões entre a missão da União Africana e as diferentes partes interessadas, foi constatado que o agravamento da situação humanitária no Mali é causado, sobretudo, pela insegurança, que continua a agravar-se à medida que a violência se espalha do norte para as regiões centrais, que são as zonas mais densamente povoadas do país. A presença e as actividades dos grupos armados continuam a influenciar a situação de segurança, assim como os confrontos entre as comunidades Dogon (pastoris) e Fulani (pastores nómadas) quanto ao acesso à terra, à água e aos recursos.

58. Com efeito, a insegurança no país perturbou as actividades económicas e comerciais, levando a uma disponibilidade irregular de alimentos nos mercados, colocando assim as populações afectadas numa situação de insegurança alimentar. Os preços dos alimentos subiram, particularmente nas regiões de Mopti, Timbuktu e Gao, uma vez que os riscos de banditismo e ataques ao longo das rotas comerciais desencorajam os comerciantes. O acesso limitado a terras agrícolas e a perturbação dos padrões normais de transumância, devido à insegurança, afectaram os meios de subsistência.

59. Os engenhos armadilhados são normalmente utilizados por grupos armados no norte e no centro do Mali, para atacar as escoltas militares do Mali ou da MINUSMA, afectando um número crescente de civis. O acesso humanitário é limitado pelo conflito e pela insegurança, principalmente a zona central do Mali.

60. Como consequência directa, esta situação conduziu a um rápido aumento dos movimentos populacionais. Até Junho de 2019, tinham sido registadas pessoas deslocadas internamente 147.861. Além disso, o acesso aos beneficiários com necessidade de protecção e assistência mantém-se viável, embora seja cada vez mais limitado em áreas remotas. Esta situação vem acrescentar-se aos problemas estruturais, relacionados com a segurança alimentar e nutricional no país, bem como à dificuldade de acesso da população aos serviços sociais básicos.

61. Com a propagação de conflitos multifacetados no centro do país, cerca de 8,7 milhões de pessoas, ou seja mais de 45% da população do país, vivem agora nas regiões afectadas pela crise (Mopti, Timbuktu, Taoudénit, Gao, Ménaka, Kidal e Ségou), o que justifica a necessidade de levar a sério a crise maliana.

62. Como resultado desta violência variada, foi registado um aumento acentuado do número de pessoas deslocadas internamente, particularmente nas regiões de Mopti e Ségou. Dos 147.861 indivíduos registados pelo Ministério da Solidariedade e Luta contra a Pobreza (MSLP), em finais de Junho de 2019, 50.643 pessoas deslocadas foram registadas na região de Mopti; 21.589 na região de Ségou; 28.271 em Timbuktu e 26.660 em Gao.

63. A missão da União Africana visitou a cidade de Mopti, 600 quilómetros a norte da capital, Bamako, a 22 de Julho de 2019, para avaliar a situação do deslocamento das populações no país. A missão visitou o campo temporário de Sokoura, onde vivem várias pessoas, que fugiram de conflitos comunitários, durante os primeiros meses do ano de 2019. Essas pessoas, deslocadas em consequência dos conflitos comunitários, explicaram à missão da União Africana que tinham deixado as suas casas, à procura de refúgio e protecção no campo, devido aos conflitos comunitários, tendo apelado às autoridades a encontrar uma solução para estes conflitos, por forma a poderem ter a oportunidade de regressar às suas casas.

64. A missão também visitou um local de acolhimento de pessoas deslocadas internamente, em Madilé, perto de Bamako, onde constatou os esforços do governo para enfrentar o problema dos deslocamentos de populações, que afectam o país. De facto, o Ministério da Solidariedade Nacional e da Luta contra a Pobreza acolhe, no local, muitas pessoas que fugiram dos conflitos no centro do país, bem como aqueles que são vítimas de desastres naturais.

65. Esta missão terminou com uma conferência de imprensa, realizada na Terça-feira, 23 de Julho, no Ministério da Solidariedade Nacional e da Luta contra a Pobreza, durante a qual a União Africana apresentou ao Governo do Mali um cheque de cem mil dólares norte-americanos (100.000 \$EU), para exprimir a solidariedade da União Africana aos refugiados e pessoas deslocadas internamente no Mali.

Recomendações

- a) A União Africana deve participar activamente na resolução dos conflitos multifacetados que assolam a população civil do Mali.

REPÚBLICA DE BURKINA FASO

66. Depois da missão ao Mali, o Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente e a Comissão da União Africana prosseguiram a sua visita ao Burkina Faso, um país que também enfrenta um aumento de deslocamentos da população, devido à insegurança e aos conflitos.

67. A missão da União Africana visitou o Burkina Faso, de 24 a 30 de Julho de 2019, e foi conduzida por Sua Excelência Minata Samate Cessouma, Comissária da União Africana para os Assuntos Políticos, e Sua Excelência Dieudonné Ndabarushimana, Embaixador e Representante Permanente da República do Burundi junto da União Africana, com o objectivo de avaliar a situação humanitária no país e manifestar a solidariedade da União Africana com o Governo e as populações deslocadas do país.

68. A missão reuniu-se com Funcionários do Governo, entre os quais o Senhor Seydou Sinka, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, e a Senhora Hélène Marie Laurence Ilboudo, Ministra da Acção Social, Solidariedade Nacional, Família e Acção Humanitária, e ainda com actores humanitários e da sociedade civil, com o objectivo de discutir sobre a situação humanitária e de segurança no Burkina Faso.

69. O contexto humanitário no Burkina Faso é caracterizado por desafios de segurança, tais como o crime organizado e transfronteiriço, com grupos de bandidos que operam além-fronteiras e exacerbam a situação de segurança e humanitária, durante vários anos. Até finais de 2015, o impacto regional da queda do regime líbio não havia afectado o Burkina Faso. Porém, em Janeiro de 2016, o impacto regional alastrou-se ao Burkina Faso, com ataques a hotéis e restaurantes na capital, Ouagadougou. Esses ataques revelaram que grupos islamitas, impelidos mais a sul pelas forças militares do Mali, começavam a abrir novas frentes na região, aproveitando-se da falta de segurança nas fronteiras.

70. A partir de 2017, as actividades dos grupos armados no Burkina Faso aumentaram de intensidade e frequência, provocando deslocamentos populacionais e criando problemas humanitários. Esses ataques de grupos armados revelaram os limites da capacidade do Governo burkinabe de reagir contra a expansão dos actores armados e de acabar com a violência. No início, activos nas regiões Norte e Boucle du Mouhoun, os grupos armados começaram a expandir-se para o Leste, onde os seus guerrilheiros começaram a lançar ataques frequentes, estabelecer ligações com as redes criminosas existentes e a assumir o controlo das minas de ouro.

71. O ano de 2018 terminou com a declaração do estado de emergência em sete das 13 regiões do Burkina Faso (Hauts-Bassins, Boucle du Mouhoun, Cascades, Centro-Leste, Norte e Sahel), após um ataque que matou 10 polícias, a 27 de Dezembro de 2018, na região de Boucle du Mouhoun.

72. O ano de 2019 caracterizou-se pela deterioração contínua da situação de segurança no Burkina Faso, com a violência a alastrar às regiões do Centro-Norte e do Sahel. Enquanto a maioria dos ataques são atribuídos a grupos islâmicos, as milícias de autodefesa, chamadas Koglweogo, também começaram a ganhar importância.

73. A crescente insegurança conduziu a um aumento de deslocamentos forçados dentro das províncias afectadas, bem como para outras províncias mais seguras ou para o exterior. A insegurança é também exacerbada pelas tensões intercomunitárias, envolvendo a comunidade Fulani, acusada de simpatizar com grupos de militantes islâmicos e com as comunidades Mossi e Fula, alvos desproporcionados de grupos armados e considerados como apoiantes do Estado.

74. Neste contexto de insegurança multifacetada, o número de pessoas deslocadas no Burkina Faso está a aumentar, à medida que a situação de segurança se torna crítica. Em janeiro de 2019, o número de pessoas deslocadas internamente era de 87.000 e, seis meses depois, em Junho de 2019, o número tinha aumentado para 220.000. De acordo com avaliações recentes dos trabalhadores humanitários no terreno, este número duplicou, entre Julho e Setembro de 2019, elevando o número total de pessoas deslocadas internamente para 486.000, em Outubro de 2019. A maioria destas pessoas está localizada nas regiões do Centro e do Sahel.

75. Não só as oportunidades nos lugares de acolhimento são escassas para as pessoas deslocadas, como também a sua presença nesses lugares agrava a insegurança alimentar e aumenta os serviços às populações de acolhimento.

76. Estas pessoas vivem em insegurança alimentar e nutricional, exacerbada pela pobreza, por elevados níveis de desigualdade económica, por choques climáticos e por défices agrícolas. Com a deterioração da situação de segurança e o aumento significativo de pessoas deslocadas, é possível que os níveis de insegurança alimentar no Burkina Faso se agravem no ano 2020, porque os recursos estão esgotados nas comunidades que acolhem as pessoas deslocadas e o acesso aos mercados e campos agrícolas é limitado, devido à insegurança.

77. Efectivamente, a maioria da população do Burkina Faso depende da agricultura e da produção animal para a sua subsistência. A insegurança dificulta o acesso aos mercados e aos campos de cultivo. Não só as pessoas estão em risco de serem atacadas, como também o seu movimento é limitado pelo actual estado de emergência. Nas áreas afectadas pela violência, as actividades agrícolas diminuíram cerca de 55%, em comparação com os dois anos anteriores.

78. A missão da União Africana deslocou-se da capital, por estrada, com protecção de caravanas militares, para 140 quilómetros de Ouagadougou, à cidade de Kaya, onde as populações deslocadas vivem em diversas condições de habitação, incluindo locais públicos e escolas.

79. As pessoas deslocadas de Kaya, que são principalmente a comunidade Mossi e Foulsé, vivem em extrema pobreza, por vezes ao ar livre, sobre terra descoberta e em condições meteorológicas extremamente difíceis. Fugiram de conflitos comunitários para Kaya e precisam urgentemente de habitação, saúde e acesso à alimentação.

80. Em solidariedade com o Governo do Burkina Faso e as populações deslocadas daquele país, foi feita uma doação de cem mil dólares americanos ao Ministério da Solidariedade Internacional e Acção Humanitária do Burkina Faso.

PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS ACTIVIDADES NO QUADRO DO MANDATO DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA OS REFUGIADOS

81. Para além das missões de avaliação humanitária, os membros do Subcomité do CRP para os Refugiados participaram também em outras actividades relevantes para os seus mandatos, nomeadamente a 70^a Sessão do Comité Executivo do Programa do Alto Comissariado, organizada anualmente pelo ACNUR, 1^o Fórum Global sobre Refugiados e as actividades organizadas pela União Africana, no contexto do tema para o ano de 2019.

82. A participação na Septuagésima Sessão do Comité Executivo do Programa do Alto Comissário, realizada em Genebra de 7 a 11 de Outubro de 2019, foi assegurada por Sua Excelência Brima Kapuwa, Embaixador da Sierra Leone junto da União Africana. Essa sessão foi uma oportunidade para a União Africana fazer ouvir a sua voz nos fóruns internacionais e defender a inclusão das preocupações africanas relacionadas com os deslocamentos forçados de populações.

83. A participação no Primeiro Fórum Global sobre Refugiados, realizado em Genebra, de 16 a 18 de Dezembro de 2019, foi assegurada por Sua Excelência Rebecca Amuge Otengo, Representante Permanente e Embaixadora da República do Uganda na Etiópia e na União Africana. Esta participação constituiu uma oportunidade para a União Africana exprimir as suas opiniões nas cinco sessões temáticas do Fórum, nomeadamente, sobre partilha de encargos e responsabilidades, energia e infra-estruturas, capacidade de protecção, emprego e meios de subsistência e educação.

84. A participação nas actividades organizadas pela União Africana, no âmbito do Ano dos Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente, foi aberta a todos os Estados Membros da União Africana. Foi preparado, pela Comissão da União Africana, um relatório separado sobre estas actividades.

85. Os membros do Subcomité participaram também nas actividades do Líder do Tema para o Ano de 2019, em particular nas visitas humanitárias à Etiópia e ao Uganda, bem como nas actividades comemorativas da Convenção da OUA sobre os Refugiados.

CONCLUSÃO GERAL

86. No âmbito do tema: *Ano dos Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente: Rumo a Soluções Duradouras para os Problemas dos Deslocados Forçados em África, 2019* foi um ano de intensa actividade para o Subcomité do CRP os Refugiados, que realizou, com sucesso, as suas actividades para o ano de 2019, de acordo com o plano de actividades aprovado no início do ano. O Subcomité agradece aos Governos dos Estados Membros visitados em 2019, bem como aos parceiros humanitários e outras partes interessadas que trabalham nos países visitados pela sua franca colaboração com as missões da União Africana.

2020-02-07

Report of the Sub-Committee on Refugees, Returnees and IDPS

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8357>

Downloaded from African Union Common Repository